

# RECURSO DEMOGRÁFICO, URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

## *Demographic resorts, urban and development process*

Ralfo MATOS\*  
Antônio Dornas de LIMA FILHO\*\*

### RESUMO

O conceito de *Recurso Demográfico* fundamenta esta análise, que tem como pano de fundo o processo histórico e as circunstâncias que levaram ao surgimento e crescimento das aglomerações urbanas. A partir do surgimento das primeiras civilizações, evidencia-se a importância da instância “*recurso demográfico*” para o aparelhamento e institucionalização do Estado em seus primórdios. Durante a Idade Média, há um processo crescente de tensão no âmbito das disputas de poder e da busca de um equilíbrio social. No século XVIII, essa complexidade galga uma nova e, para alguns, definitiva era, tendo como corolário a ordem global atual. O esforço de entendimento desse processo evidencia diversos desafios conceituais, entre os quais deve-se ressaltar o de caracterizar a denominada *cidade global* – espaço privilegiado onde o capital e a informação apresentam uma mobilidade que descaracteriza os tradicionais conceitos de fronteira. Enfim, a proposta aqui alicerçada busca constituir uma análise pela qual o processo histórico possa se aproximar de um ideal de totalidade, e, como consequência, possa oferecer melhor compreensão do momento histórico atual.

#### Palavras-chave:

Demografia; desenvolvimento; cidades.

### ABSTRACT

The concept of Demographic Resource sets the groundwork for this analysis of the social process posing a background for the historical process, particularly because of the circumstances that lead to the emerging and growth of the urban agglomeration. Since the appearance of the first civilizations, it has been evident the importance of this instance (demographic resource) for the equipping and institution of the state in its origin. During the Middle Ages these relationships plunge into an increasing process of tension due to disputes of power and the constant search for social balance. In the 18<sup>th</sup> century this complexity goes into a new, and to some people, a definite era. The consequence being this current global order. The effort in grasping this process understanding shows diverse conceptual challenges, during which we should make noteworthy and characterize the denominated “Global City” – privileged space where capital and information presents a mobility that distorts the traditional concepts of borders. Finally, the proposal tries to constitute an analysis through which the historical process can approach an ideal of completeness and consequently an improved understanding of the current historical moment.

#### Key-words:

Demography; development; cities.

\* Doutor em Demografia (Cedeplar - UFMG). Professor e pesquisador do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências (IGC) da UFMG.

\*\* Mestre pelo Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental (1997). Coordenador do curso de Engenharia Civil do Instituto de Ensino Superior e Pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

*Recurso demográfico* traduz a idéia de **população como potencial para o desenvolvimento**, conforme sugerem vários autores.

O *recurso demográfico*, assim como os demais recursos<sup>1</sup>, não é estático, altera-se no tempo e no espaço e interfere nos interesses que levam países a desenvolver políticas de emigração ou imigração, aumento ou controle da fecundidade. A população deve então ser considerada nos seus aspectos qualitativos e distributivos, o que torna possível avaliar o significado substantivo que um acréscimo ou decréscimo populacional pode trazer ao desenvolvimento de uma realidade particular.

Nessa perspectiva, “a economia, a estrutura social, a política, a ideologia e a demografia entrelaçaram-se: controlar a fecundidade significa alterar parte de uma estrutura delicada que também afeta muitas outras áreas” Macfarlane (1989, p. 58). Para fixar uma estratégia de exploração do recurso demográfico, deve-se considerar, entre outros fatores:

1. Os demais recursos de que dispõe a região ou país. Se existe uma disponibilidade de recursos naturais, econômicos e humanos por serem explorados.
2. A série histórica de crescimento populacional. Um crescimento “excessivo” pode resultar em dificuldades para a manutenção da qualidade de serviços e comprometer o atendimento das necessidades crescentes da população.
3. O quadro cultural que caracteriza a sociedade em questão. Na sociedade moderna, o número de filhos por família tem-se reduzido em decorrência de mudanças estruturais que o capitalismo industrial engendrou a partir de fins do século XIX. Outras sociedades, porém, podem estar dispostas a se “sacrificar” em razão da manutenção de um número maior de filhos por família.<sup>2</sup>

Assim, discussões relativas ao controle de natalidade e/ou conseqüências da queda da fecundidade como fator de desenvolvimento evocam um conjunto

de questões distintas das antigas teses que propunham a “estratégia de sobrevivência” como fundamento da defesa do crescimento populacional e conseqüente expansão econômica. Fundamentos internos sociais e demográficos, tais como distribuição etária e espacial da população, inserção no ciclo de vida, nível educacional, distribuição de renda, ganham relevância no delineamento de qualquer nova estratégia por ser adotada, no tocante ao *recurso demográfico*.

A realidade em si seria o fundamento da estratégia, e não um modelo de desenvolvimento exógeno criado a partir da experiência de determinados países. O caráter multifacetado e dinâmico das realidades históricas é também parte das dimensões pluriespaciais a considerar, sejam elas regionais, locais ou nacionais.

A mudança do perfil etário da população em todo o mundo tem suscitado questões sociais importantes, particularmente as relacionadas com a manutenção da previdência. Nesse caso, é pertinente indagar: seria a transição demográfica um processo definitivo, ou apenas uma das fases de uma série de processos dinâmicos de longa duração que caracterizam as sociedades modernas?

## RAÍZES HISTÓRICAS DA POPULAÇÃO COMO RECURSO DEMOGRÁFICO

O início da história das aglomerações humanas não coincide com o surgimento das cidades. O homem primitivo se estruturava em grupos, mais ou menos organizados, nos quais os limites do crescimento eram definidos pela abundância ou carência de comida e/ou pelas restrições do meio ambiente. Essas primeiras organizações sociais, apesar de primitivas, foram fundamentais para a expansão e surgimento das chamadas civilizações densas, porque em um meio hostil e agressivo a organização em grupos era a única forma de sobreviver.

Com o desenvolvimento das culturas e civilizações e o aparecimento de armas e utensílios, uniram-se os grupos e a necessidade de defesa social passou a ser cada vez mais uma estratégia de sobrevivência local e supralocal. A expansão territorial tornou-se uma contingência derivada do crescimento demográfico em sociedades complexas.

<sup>1</sup> Os recursos do mundo constituem, juntos, uma totalidade. Entendamos aqui, por recurso, toda possibilidade, material ou não, de ação oferecida aos homens (indivíduos, empresas, instituições). Recursos são coisas, naturais ou artificiais, relações compulsórias ou espontâneas, idéias, sentimentos, valores. É a partir da distribuição desses dados que os homens vão mudando a si mesmos e ao seu entorno. Graças a essa ação transformadora, sempre presente, a cada momento os recursos são outros, isto é, se renovam, criando outra constelação de dados, outra totalidade. Santos (1996, p. 106).

<sup>2</sup> Nesse particular, a civilização ocidental acaba por consagrar o princípio moderno de que as mulheres devem assumir um papel central na tomada de decisão sobre a prole, por sua condição de protagonista especial na reprodução e na guarda e cuidado dos filhos.

A cidade deveu sua existência, e mais ainda o seu engrandecimento, a tentativas concentradas de controlar outros homens e dominar, com força coletiva, a totalidade do ambiente. Assim, a cidade tornou-se um serviço público de captura de poder, projetado por agentes reais, que reuniam as energias dispersas de pequenas comunidades num gigantesco reservatório. Munford (1965, p. 708).

Desde então, a relação que se estabelece entre forças externas e internas que atuam sobre determinada sociedade marca sua maior ou menor adaptabilidade às condições de desenvolvimento impostas pela necessidade de geração de riqueza. Isso se traduziu em conflitos diversos, notadamente quando a expansão demográfica se revelava bem-sucedida.

Durante muito tempo, a cidade em si potencializava uma riqueza concentrada em pequeno espaço geográfico e despertava a cobiça dos “de fora” de seus muros. Riqueza armazenada em depósitos de alimentos, nas armas, metais e obras de arte e na população passível de ser escravizada. Entretanto, quanto maior a população das cidades, maiores eram as chances de se organizar mobilizações coletivas voltadas não só à defesa, mas também à obtenção de novos recursos para fazer frente aos adversários. Muitas guerras se justificaram diante da necessidade de ampliar a região de domínio e permitir o aumento da área produtiva sob influência, o que resultaria no crescimento de uma população de súditos. É por isso que, para Maquiavel

sem possuir armas próprias, nenhum principado está seguro (...) E as próprias forças são aquelas compostas de súditos ou de cidadãos, ou de servos teus; todas as outras são mercenárias ou auxiliares. Maquiavel (1996, p. 86).

Tal citação mostra que, para o autor, forças mercenárias (combatentes contratados) e auxiliares (exércitos de países aliados) não são confiáveis.

A questão se problematiza em face da exploração econômica recorrentemente imposta pelo regime feudal, ao lado dos padrões de comportamentos socioculturais veiculados pela aristocracia, os quais “civilizam” os impulsos naturais do homem medieval, ainda pouco habituado à vida em sociedades densas e complexas. Tais padrões, gradativamente alojam-se no imaginário social das comunidades, forjam culturas nacionais e acabam por dificultar a superação do feudalismo como sistema econômico, já que estruturas jurídico-institucionais foram se mesclando a valores culturais expressos nos significados das idéias de honra, fidalguia, lealdade, heroísmo, cavalaria, realeza e religião que traduziam.

Contudo, as mudanças ao final da Idade Média foram tornando-se profundas, cumulativas e irreversíveis a ponto de atingir as esferas comportamentais da sociedade.

Em todos os casos, a rede de dependências que se cruzam no indivíduo tornou-se mais ampla e mudou de estrutura; em todas as ocasiões, numa correspondência exata com essa estrutura, a modelação do comportamento e de toda vida emocional, a estrutura da personalidade, mudou também. O processo “civilizador”, visto a partir dos aspectos dos padrões de conduta e de controle de pulsões é a mesma tendência que, se considerada do ponto de vista das relações humanas, aparece como um processo de integração em andamento, um aumento na diferenciação de funções sociais e na interdependência e com a formação de unidades ainda maiores de integração, de cuja evolução e fortuna o indivíduo depende, saiba disso ou não. Elias (1994, p. 83).

Nesse novo contexto ganha sentido o conselho de Maquiavel ao príncipe:

encarregar a outrem a imposição de penas; os atos de graça, pelo contrário, só a eles mesmos em pessoa, devem estar afetos”. E conclui: “... estimar os grandes, mas não se tornar odiado pelo povo. Maquiavel (1996, p. 108).

Dois aspectos podem ser arrolados nessa advertência: i) a preocupação com forças que detêm potencial de revolta contra o regime vigente; ii) a identificação, pelo pensador político florentino, de um poder originário do povo, que deveria ser considerado e mantido devidamente sob controle pelo poder constituído.

Maquiavel não ignorava o fato de que um novo protagonista, a burguesia, introduzia maior complexidade a uma aparente estabilidade do mundo feudal que a nobreza prodigalizava. Afinal,

... tensões constantes em toda parte irrompiam em lutas ocasionais. As frentes de batalha eram complicadas e variavam muito de caso a caso. Ocorreram alianças ocasionais entre grupos da nobreza e da burguesia e também formas transitórias e mesmo fusões entre subgrupos dos dois estados. Mas, como quer que fosse, a ascensão e o poder absoluto da instituição central invariavelmente dependia da existência contínua de tal tensão entre nobreza e burguesia. Uma das precondições estruturais para a monarquia, ou o principado absoluto, era que nenhum dos estados ou grupos obtivesse a predominância. Os representantes da autoridade central absoluta, por isso mesmo, tinham que estar constantemente alerta para garantir esse equilíbrio instável no território. Elias (1994, p. 22).

## A FRANÇA NO SÉCULO XVIII

A sociedade francesa do século XVIII, por diversas circunstâncias, se destaca entre as nações européias. O impressionante desfecho que viveu a nobreza francesa, as sublevações de massa jamais vistas na história da humanidade, as mudanças institucional, política e ideológica postas em marcha pela Revolução Francesa desafiam a reflexão e análise até os dias de hoje.

Um dado menos considerado é a questão populacional, sobretudo no tocante ao tamanho das massas camponesas da França no século XVIII e a redução subsequente desses estoques demográficos nos séculos seguintes. As grandes vitórias de Napoleão não teriam sido possíveis sem a participação de um exército não convencional de muitos milhares de camponeses (a imensa maioria da população), dispostos a dar prosseguimento às mudanças deflagradas imediatamente após 1789.

Os movimentos populacionais e a expansão demográfica tornaram a França pré-revolucionária um exemplo incomum de expressiva acumulação de estoques demográficos, mesmo no interior de um regime econômico incapaz de produzir desenvolvimento durável e contínuo (a exemplo de sua grande rival, a Inglaterra), mas tão pródigo em direitos e privilégios em favor da nobreza e aristocracia.

... por volta de 1600 a população da França (contada no seu espaço político atual) é de 20 milhões. A Inglaterra tem então 5 milhões, no máximo... A investigação histórica revela a amplitude, há pouco tempo desconhecida, da emigração francesa para os países ibéricos. Está provada tanto por levantamentos estatísticos como pelas insistentes notas de viajantes. Em 1654, o cardeal de Retz mostrou-se extremamente surpreso por ouvir toda a gente falar a sua língua em Saragoça, onde há uma infinidade de artesãos franceses. Braundel (1995, p. 42).

Em outros lugares da Europa, pode-se identificar antecedentes que indicam a existência de um excedente populacional significativo, disponível à emigração, mesmo antes da Revolução Francesa. A partir de então, porém, a França passou a ser praticamente o único país que não contribuiu para o que Hobsbawm (1979) identifica como “o começo da maior migração dos povos da História” (aquela relativa à saída de milhares de europeus para as Américas, África e Austrália ao longo do século XIX).

Que marcas a Revolução Francesa teria construído a ponto de influir nessa questão? Teria representado uma “lição” para os nobres e burgueses europeus,

no sentido de que o excesso populacional representaria um risco interno para a manutenção do *status* de que eram detentores? Ou a própria população, traumatizada pelas conseqüências impostas pela fome e pobreza que vitimou milhares de pessoas, teria se auto-imposto práticas contraceptivas de forma mais sistemática? Para ambas as perguntas há evidências empíricas e argumentos que pesquisas históricas trouxeram a luz.

De toda a forma, o grande feito da Revolução Francesa foi ter introduzido mudanças de longo alcance, nacionais e internacionais, em uma época em que eram muito fortes as estruturas institucionais da nobreza francesa e européia:

Os membros dessa sociedade multiforme (da corte absolutista) falam a mesma língua em toda a Europa, inicialmente o italiano e, depois, o francês: lêem os mesmos livros, têm o mesmo gosto, as mesmas maneiras e – com diferenças em grau – o mesmo estilo de vida, não obstante suas divergências políticas, que não são poucas, e as numerosas guerras que travam entre si, orientam-se com quase unanimidade, em períodos mais ou menos longos, na direção de um centro que é Paris. Hobsbawm (1979, p. 207).

Com a desestabilização do final do século XVIII e o período de conquistas napoleônicas, a Europa e a França viveram décadas de significativos deslocamentos populacionais. É provável que as migrações associadas às guerras, expansão e ocupação de territórios tenham sido um importante componente que participou da mudança do padrão demográfico da França e de outros países do continente, figurando, inclusive, como uma resposta ao risco que o crescimento populacional passou a representar, em uma época na qual as formas de controle populacional possuíam pouca eficiência.

## O MODELO MALTHUSIANO

Malthus certamente foi o mais legítimo intérprete das preocupações – em grande medida centradas na questão demográfica – que amedrontavam as cortes européias após a Revolução Francesa. Seu enunciado impresso no famoso *Ensaio de População* de 1798 estabelecia uma lei geral de população e, paralelamente, contribuía para a construção de alguns dos pilares mais caros ao pensamento liberal. Ao mesmo tempo, dividia com Maquiavel um mesmo elenco de idéias de governo previdente endossado pelo beneplácito da Igreja:

E a lei da população responde particularmente a esta descrição. Cada indivíduo tem, em alto grau, o poder de evitar as conseqüências maléficas sobre si e sobre a sociedade delas resultantes pela prática da vir-

tude que lhe é ditada pela luz da natureza e sancionada pela religião revelada. E, como não pode haver dúvida de que esta virtude tende a melhorar grandemente a condição e a aumentar o conforto tanto do indivíduo que a pratica como, através dele, de toda a sociedade, os caminhos de Deus para o homem relativos a esta grande lei estão completamente justificados. (MALTHUS, 1824, p. 194).

As análises e críticas posteriores não deixariam de situar o período em que o *Ensaio* foi escrito assim como o imediato interesse que ele despertou, mesclados aos interesses socioeconômicos e políticos em jogo. Sua teoria viria estruturar-se na premissa do controle da natalidade, em especial no caso dos mais pobres. Outra alternativa não haveria diante das “forças da natureza”, cujos mecanismos estabelecem uma cobrança fatal – na forma da chamada tríade maldita que reunia a fome, a peste e as guerras – à imprudência e entrega aos impulsos geradores da expansão demográfica desmesurada. O sucesso econômico da burguesia inglesa mostrava o caminho que lhe parecia mais racional e que poderia refletir-se no comportamento reprodutivo:

A propriedade privada, os privilégios postos em perigo encontravam em seu livro justificações oportunas. Enfim, justamente quando os pobres se tornavam um pesado encargo, Malthus prova a ineficácia total da assistência que lhes é dispensada, denunciando-as como únicas responsáveis pela própria desgraça. Dupuy (1975, p. 64).

Segundo essa perspectiva, a reação de Malthus à questão crescimento *populacional x produção de alimentos* traduz uma posição ideológica que identifica no *recurso demográfico* um risco aos interesses da classe dominante. O *leit motiv* do controle da fecundidade nasce formalmente com as teses de Malthus. Os hábitos de previdência eram uma virtude que a população deveria assumir, mediante práticas de comportamento prudente, conjugadas com a idéia de retardar o casamento para idades mais maduras, ou assumir o celibato. Com isso os níveis de reprodução reduzir-se-iam e a tríade maldita poderia ser vencida (MACFARLANE, 1989, p. 55).

## O CAMINHO ÚNICO DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E O HIATO IDEOLÓGICO RECENTE

Outro modelo que, em alguma medida, procurou caracterizar a relação entre o crescimento demográfico e desenvolvimento ganhou mais visibilidade no início do século XX, à luz de algumas evidências existentes em países do capitalismo central. A chamada teoria da transição demográfica tornou-se, durante muito tempo, outra pretensa chave mestra capaz de explicar a evolução da dinâmica demográfica. O caminho da modernização levaria todos os povos, cedo ou tarde, de uma situação de altas taxas de mortalidade e natalidade para uma outra, mais alvissareira, em que essas taxas se reduziriam drasticamente, rumo a um padrão de crescimento populacional muito baixo. Nesse modelo são identificados e propostos mecanismos de controle internos, originários do amadurecimento sociocultural que tipificaria as modernas sociedades urbano-industriais, os quais viriam disseminar novos hábitos de racionalidade com vistas ao controle da fecundidade e redução do tamanho das famílias.

Assim, o desenvolvimento seria acompanhado de mudanças de hábitos reprodutivos que caracterizariam a sociedade capitalista madura, ou seja, o capitalismo constituiria uma espécie de “trilha única” pela qual passariam todas as economias que se dirigissem rumo a determinados padrões de desenvolvimento econômico, que se traduziria, em termos de *recurso demográfico*, no controle da fecundidade e em progressiva estabilidade da taxa de crescimento populacional.

A proposta que permeia essa idéia é a de que o empenho da sociedade para trilhar esse caminho favoreceria o desenvolvimento. Não haveria possibilidade de resistir à transição demográfica, e os que a ela resistissem seriam caracterizados como irracionais, tradicionais, antigos.<sup>3</sup>

Estudos subseqüentes encarregaram-se de demonstrar a impropriedade de construções teóricas tão gerais, explicitando, por sua vez, os vínculos de reestruturação institucional e familiar que o capitalismo industrial impôs a diversas sociedades que ingressaram nas economias de mercado. Nelas, o assalariamento e recrutamento de mão-de-obra deixou de ter a intermediação das famílias e passou a ser um assunto do próprio mercado e, com o tempo, do Estado.

<sup>3</sup> Nesse aspecto, é preciso diferenciar a constatação do fato em si, ou seja, o conhecimento da realidade conforme ela se apresenta, do assumir uma posição – necessariamente ideológica – no sentido de atuar sobre essa realidade.

É evidente que toda a tentativa de proclamação da irreversibilidade de um modelo geral e único de padrão demográfico tende ao fracasso, não só porque a questão ideológica o contamina, mas, principalmente, por causa da diversidade dos comportamentos reprodutivos em sociedades tradicionais e mesmo em contextos de modernização e industrialização: o fim da história não aconteceu e processos socioculturais de longa duração estão em curso e podem repercutir sobre a dinâmica demográfica de uma infinidade de modos.

No século XIX, quando Marx associou a dinâmica demográfica aos requerimentos impostos por cada modo de produção, sem dúvida acrescentava um outro eixo teórico que viria, posteriormente, aprofundar o debate, sobretudo na segunda metade do século XX, quando a contingência do controle da natalidade passou a ser o grande mote dos neomalthusianos. Contudo, ainda aqui se ensaiava outra lei única para um sistema econômico – o capitalismo – que se tornaria irredutivelmente mundial. Marx, sem dúvida fez avançar a reflexão ao observar que diferentes modos de produção estabelecem diferentes leis de população, e no capitalismo a chamada população excedente, visível nos exércitos industriais de reserva, seria a dura realidade do operariado, que as economias industriais inauguravam no século XIX. Entretanto, muito mais tarde, quando passaram a ser redundantes os milhões de trabalhadores não qualificados disponibilizados pela indústria, momento que Gorz (1982) denominou de a “era de ouro do desemprego”, essa premissa teórica também se eclipsaria.<sup>4</sup>

O fato é que, durante o século XX, muitas circunstâncias fizeram ruir parte do edifício ideológico presente no pensamento marxista, especialmente após as experiências malsucedidas da Rússia estalinista ou da China maoista da Revolução Cultural. Contudo, a questão do desenvolvimento e da utilização dos recursos, sejam eles naturais ou demográficos, continua na ordem do dia. Os questionamentos suscitados pelo modelo de socialismo centralmente planejado, a queda do muro de Berlim, a experiência neoliberal posta em marcha com os governos Thatcher/Reagan, assim como a experiência “exitosa” recente do capitalismo predatório da China, introduz mais complexidade ao debate sobre como e até que ponto os recursos humanos e materiais suportam a sanha competitiva dos mercados internacionalizados.

Com a expansão do capitalismo mundial e a perplexidade teórica dada por experiências malsucedidas no campo da esquerda, novamente o mundo ingressa num período sombrio de fundamentalismos e de ameaças vertidas do pensamento único. Não fora essas circunstâncias, seria impossível à

ordem global buscar impor, a todos os lugares, uma única racionalidade (SANTOS, 1996, p. 272).

De toda a forma, ao refletir sobre o *recurso demográfico*, convém considerar duas possibilidades muito discutidas na atualidade: a homogeneização como tendência alicerçada pela premissa da eficiência; e a heterogeneidade como contratendência ideologicamente difusa ancorada na premissa da equidade. A primeira, internaliza a idéia de um caminho único para os países, em torno de uma lógica produtivista que busca otimizar o crescimento econômico-financeiro, adiando ou apenas amenizando os conflitos inerentes à exploração exaustiva de recursos humanos e materiais.

Sobre essa homogeneização que a mundialização do capital irradia Diniz (2002) observa:

O processo de globalização, suportado por forças internacionais avassaladoras e irreversíveis, significaria o fim do Estado-Nação e sob a hegemonia do mercado e com ampla mobilidade do capital, seriam destruídas as barreiras econômicas, culturais, políticas e sociais, entre países e regiões, criando um mundo desterritorializado, econômica e socialmente homogêneo, no qual as corporações gigantes passariam a atuar de forma livre e sem nenhuma lealdade aos seus Estados-Nações.

Nessa perspectiva, a exclusão de milhões de trabalhadores é uma conseqüência do incremento da produtividade nos setores de ponta da economia em vários países. A China, o mais populoso país da atualidade conseguiu criar 200 milhões de novos consumidores em pouco mais de uma década, mas a um custo altíssimo, que fez aumentar o fosso da desigualdade social e econômica, em meio a superexploração dos recursos naturais e demográficos (mão-de-obra barata).

A segunda possibilidade, a da heterogeneidade, está ainda pouco estruturada teoricamente, circula por segmentos difusos da sociedade civil organizada e procura agregar experiências e esforços ainda pulverizados, derivados de práticas socioculturais fundadas na

<sup>4</sup> É curioso que quando na polêmica com Malthus Marx chega a chamá-lo de “imbecil”. Na verdade, não percebia que estava diante de um dos próceres mais eminentes do pensamento liberal, personagem que se tornou referência teórica tanto quanto ele.

diversidade e no respeito à diferença. Embora economicamente periféricas, fora dos circuitos dominantes da economia global, são as iniciativas que mais veiculam o ideário da equidade, dando continuidade à tradição do pensamento utópico, contrapondo-se, portanto, ao modelo neoliberal da eficiência produtivista. Nessa perspectiva, os recursos naturais e o *recurso demográfico* são duas peças estratégicas de resistência, bastante visíveis nos fóruns sociais de Porto Alegre (ou em manifestações contra a globalização veiculadas no fórum econômico de Davos, por exemplo), encontros nos quais a redução dos níveis de desigualdade e exclusão constitui objetivo central.

Sob ambas perspectivas, recoloca-se, de alguma forma, a questão do controle e gestão dos recursos, e novas formas de regulação da relação *capital x trabalho*, embora as doses de participação dos agentes econômicos e dos segmentos organizados da sociedade civil difiram em cada uma delas. Assim, não obstante as semelhanças entre as fronteiras dos modelos, talvez as clivagens ideológicas tenham se mimetizado a ponto de mascarar diferenças que conviria explicitar, sob pena de a essência e a aparência se confundirem irremediavelmente, como sugere Milton Santos:

Durante muito tempo, constituía uma necessidade opor essência e aparência. Esse caminho não é mais capaz de portar frutos, já que a ideologia é também essência, aparece como realidade e assim é vivida ... A realidade inclui a ideologia e a ideologia é também real. A ideologia, outrora considerada como falsa, portanto não-real, de fato não é algo estranho à realidade, nem é aparência apenas. Ela é mais do que aparência, porque é real (SANTOS, 1996, p. 101-2).

## URBANIZAÇÃO E CONCENTRAÇÃO DE RECURSOS

Cidade sempre polariza. Esse fato se traduz na concentração de pessoas e atividades, e na centralidade exercida sobre uma hinterlândia pequena ou vasta. Sob vários aspectos a cidade é referência imprescindível, já que é o local por excelência onde se realizam compras, vendas, trocas, embarque e desembarque.

Afinal, é nas cidades que se encontram estabelecidos e mais facilmente disponíveis os meios pelos quais numerosas atividades se viabilizam. Sendo a cidade um espaço de concentração, nela são mais rentáveis diversos tipos de empreendimentos. Portanto, pode-se dizer que as cidades – na condição de pólo – constituem *recurso*. Mas não um recurso qualquer, pois aglutina e organiza outros recursos e possibilidades, redefine a relação homem/natureza, e torna mais visível e direto o processo de produção de riqueza e pobreza.

A cidade, portanto, exerce tanto um efeito polarizador, quanto distancia as atividades de sua forma mais simples, tornando-as mais complexas e inter-relacionadas. Tais características tornam a urbanização parte essencial do processo de desenvolvimento no mundo contemporâneo.

Logo, questões relacionadas com o grau e a forma de distribuição das redes nas quais a cidade se insere são relevantes, não obstante a premissa da finitude dos recursos e dos limites do crescimento demográfico. O que se coloca é que, em diferentes níveis relativos, cidades de tamanhos variados tornam possíveis funções complementares historicamente indispensáveis às sociedades, sendo a cidade em si, um fundamento pelo qual uma economia se diz desenvolvida.

## A ORDEM GLOBAL

Originariamente *recurso demográfico* tinha um significado claro e objetivo – força de trabalho ou recurso de guerra. A concepção marxista do século XIX sobre população valia-se dessa referência.

Posteriormente, novos papéis se somariam a esses significados (o que introduziu maior complexidade à questão), em face da grande expansão e fortalecimento da classe média e retração do operariado em vários países, a partir de meados do século XX. Tudo isso ocorreu juntamente com o crescimento e declínio do sindicalismo; ampliação do assalariamento, o que criou demandas efetivas; forte expansão do aparelho burocrático de Estado; emergência de uma sociedade de consumo de largo espectro; disseminação de benefícios sociais e programas de previdência pública e privada.

A automatização industrial, o chamado pós-fordismo, e o desenvolvimento do processo de informatização alteraram drasticamente a composição de classes nas sociedades urbano-industriais, o que provocou a ociosidade de grandes segmentos da força de trabalho, excluindo-os do emprego formal e desproletarizando o novo operariado requerido por recentes processos produtivos.

Tais mudanças manifestam-se primeiramente na questão do desemprego. Nesse contexto, ocorre então

uma segmentação da classe média, que apresenta maior movimentação, para cima e para baixo, do que foi o caso em outros períodos. Embora ela continue constituindo maioria, as condições que contribuíram para sua expansão e para seu poder político e econômico foram postas de lado por novas fontes de crescimento (SASSEN, 1998, p. 150).

O desemprego apontado, ao contrário de outros tempos, não está relacionado com o crescimento

populacional, mas passa a depender fundamentalmente da distribuição dos investimentos e da dinamização das atividades produtivas em lugares específicos que o grande capital privilegia. As bases que fundamentam o “ideário liberal” encontraram meios de se impor, anulando a capacidade de reação dos trabalhadores, famílias e sindicatos. Assim, a correlação de forças entre o capital e o trabalho passou a ser definida quase exclusivamente pelo capital, a muito custo contrabalançada pela ação do Estado e de interesses políticos<sup>5</sup>. O *recurso demográfico*, em sua acepção mais convencional, é então substituído por recursos mecânicos de automação e informatização, perdendo relevância no sistema produtivo.

Em alguma medida, um raciocínio similar poderia ser desenvolvido em relação ao consumo. O subconsumo, consequência do desemprego, vem sendo compensado, em vários lugares, por um crescimento do consumo dos segmentos de alta renda e uma “sophistication do estilo de vida” (SASSEN, 1998, p. 146). Também nesse aspecto, portanto, o *recurso demográfico* torna-se menos relevante.

Os estoques populacionais perdem o significado impresso na idéia de recurso e assumem mais enfaticamente a condição de excedente puro e simples, mesmo em contextos em que a transição demográfica já se completou ou está prestes a se completar, como no Brasil. Isso porque de um lado assiste-se a exclusão de expressivos contingentes de força de trabalho que se tornou desnecessária na “nova economia”; de outro, com a chamada globalização, há a pressão nos países ricos e “emergentes” de milhões de marginalizados de países pobres que procuram conquistar formas de sobrevivência por meio da venda de sua força de trabalho. Grande parte deles são também excedentes de padrões demográficos pré-transicionais, nos quais a fecundidade é alta e a mortalidade, ainda elevada, é dramaticamente aumentada por epidemias (Aids, vírus Ebola), crises ecológicas associadas à expansão da agricultura comercial (e barramentos de rios, esgotamento de solos e de recursos hídricos, etc).

Diante desse quadro, o pensamento não liberal encontra-se acuado, limitando-se a denunciar contradições, o que, afinal, todos acabam por reconhecer, mas sem encontrar uma base para fundamentar uma ação coletiva efetiva e de largo alcance.

Muito pouco dessa agenda encontra-se desenvolvido, mas certamente para tanto, é essencial recuperar a participação estatal, redimensionada e revitaliza-

da com recursos de investimento dirigidos tanto à proteção de desvalidos quanto à seleção de políticas públicas voltadas à inclusão social.

De outra forma, em pleno século XXI nos albores de uma sociedade tecnificada e economicamente sofisticada – na qual a fome pela insuficiência de produção de alimentos estaria afastada – podem não só aumentar as manifestações de violência calcadas no fundamentalismo, juntamente com o ressurgimento de formas de superexploração de seres humanos baseadas em relações de trabalho consideradas superadas:

A compreensão da persistência e mesmo da ressurgência de formas servis de trabalho ou do trabalho forçado na sociedade contemporânea pede, há muito, uma explicação teórica. Pouco se fez nesse sentido. Ou os autores se perdem em considerações sobre a escravidão da Antiguidade até nós, suprimindo da História a sua historicidade e suas singularidades, divagando sobre uma concepção genérica e abstrata da escravidão. Ou se enredam nas dificuldades próprias de quem concebe o capitalismo como um modelo puro, em que “perturbações” como essa só podem ser resultado de sobrevivências destinadas a desaparecer com o próprio desenvolvimento capitalista. Minha suposição é justamente a de que a escravidão contemporânea é, de certo modo, constitutiva desse desenvolvimento, forma de ampliar e extremar a eficácia dos mecanismos de acumulação (MARTINS, 2002, p. 153).

## A CIDADE GLOBAL

No interior das discussões sobre urbanização e organização econômica, uma das mais importantes é a que trabalha com o conceito de *cidade global*. Muitos autores têm se debruçado sobre a questão, mas ainda não existe um consenso sobre o assunto (KOULIOUMBA, 2003).

Alguns pontos estão postos no debate:

1. Existe uma rede de megacidades que detém uma supremacia sobre o restante dos espaços, por contar com sistemas mais sofisticados de informação e suporte financeiro e operar de forma independente das fronteiras do Estado-Nação. Entre essas cidades, algumas se situam em países periféricos, como São Paulo, Cidade do México e Singapura;
2. Uma das principais características dessa rede é a mobilidade de suas fronteiras, o

<sup>5</sup> O setor político pode interferir nessa ordem de diversas formas: investindo, definindo políticas sociais compensatórias, contratando, estimulando atividades, etc.

- que torna possível a transferência de recursos de uma para outra cidade com grande agilidade. As fronteiras tornam-se virtuais;
3. Existe uma hierarquia interna entre tais cidades, essencial para a compreensão do fenômeno e de suas conseqüências, as quais, por sua vez, também apresentam grande mobilidade, o que dificulta sua apreensão;
  4. Essa hierarquia deve ser fixada com base na compreensão da relação entre as cidades globais. Essa definição fundamenta-se nas seguintes perguntas: onde se definem as políticas internacionais das áreas financeira e comercial? De onde se originam as decisões e para onde elas se dirigem? Quais os meios intermediários dessas transações?

A aplicação consistente do conceito *cidade global*, no entanto, sob vários aspectos, não é uma questão resolvida, porque a cidade como pólo muda de caráter no momento em que o *recurso demográfico* perde relevância<sup>6</sup>.

Assim, a chamada *capacidade de carga* (conceito que faz alusão aos níveis críticos de comprometimento das condições ambientais e econômicas dada por superpopulação e superexploração de recursos naturais) não seria função do que os neomalthusianos, catastroficamente denominavam de “bomba populacional”. Determinados hábitos modernos de consumo e formas predatórias de uso de recursos não renováveis (como o energético) substituiriam o espantalho que a demografia supostamente representava.

Não que a concentração de pessoas nas cidades tenha perdido seu significado (SASSEN, 1998; DAVIDOVICH, 2003), mas a hierarquia do lugar passa a ser definida em função da “qualidade” das pessoas, enquanto agentes ou representantes de circuitos hegemônicos, e não como número de habitantes.

Ao mudar de caráter, torna-se difícil conceituar e entender os processos que passam a caracterizar as cidades denominadas globais. À concretude dada por homens, recursos naturais e unidades fabris se sobre-

põem a elementos fluidos e redefinem esferas de poder na relação espacial entre cidades, algo que se revela evidente apenas aos que se encontram nos postos de decisão. O pesquisador das cidades se transforma numa espécie de decifrador de enigmas – um filólogo urbano das formas, funções e redes de poder.

Ao mesmo tempo em que se identifica a importância dessa rede de *Cidades Globais*, surgem dimensões transescalares, que interferem na definição de políticas públicas: “De um lado, a hiperescala da circulação do capital e das informações e, de outro, a hipoescala da localidade onde se estabelecem as relações de produção, a complementaridade e a governança” (DINIZ, 2002).

A sobreposição dessas instâncias requer a análise transdisciplinar capaz de desvelar os novos sentidos que as combinações entre as escalas local, regional, nacional e internacional oferecem, mesmo que aparentemente embaralhadas. Nesse aspecto, retoma-se a questão da importância do Estado-Nação para intermediar essas relações, dirimir conflitos e possibilitar a seleção de políticas públicas voltadas à justiça e equidade, mas em sintonia com o resto do mundo. O exemplo mais conhecido que demonstra a importância dessa instância é a chamada “guerra fiscal”: diante da omissão e fragilização do Estado como agente de regulação central, interesses locais se lançam numa “briga de foices” em busca de recursos globais para enfrentar os problemas de desemprego e suposta falta de competitividade de sua região<sup>7</sup>.

## CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise que recupera parte do processo de transformações históricas dos últimos 200 anos, encontra no conceito *recurso demográfico* uma chave que permite estabelecer ligações entre a dinâmica geográfica e econômica – que reúne objetos físicos, recursos humanos e materiais – e construções teóricas que estruturaram boa parte do conhecimento das ciências sociais do século XX. A geografia certamente pode participar de forma privilegiada dessa análise, não só por sua prerrogativa de fazer conexões entre natureza, so-

<sup>6</sup> Evidentemente, a cidade muda de caráter em diversos aspectos, e não apenas no que diz respeito a recurso demográfico.

<sup>7</sup> Um outro exemplo de ação duvidosa de corte territorial diz respeito às novas regiões metropolitanas. No Brasil, o governo federal criou as primeiras regiões metropolitanas na década de 1970. A partir do momento em que a institucionalização desses espaços passou das mãos do governo federal para a dos estados, ocorre uma proliferação de pseudometrópoles, sem atentar para determinados princípios que devem fundamentar sua criação. Com isso, é bem verdade, fica “descartada a lógica do planejamento centralizado, apoiado na tecnoburocracia e na imagem de neutralidade” (DAVIDOVICH, 2003), mas banaliza-se o conceito de região metropolitana, que tende a esvaziar-se de conteúdo, tornando-o inócuo e inaplicável.

cidade e populações em movimento, mas também por permitir esquadrihar inéditas abordagens que sua diversidade e visão transescalar sugerem.

A própria evolução da geografia expressa a busca de um discurso que, sob diversos aspectos, dialoga com os marcos analíticos aqui discutidos, desde que não se excluam pura e simplesmente as contribuições elaboradas por seus paradigmas epistemológicos, a exemplo do teórico-quantitativo, crítico-marxista e humanístico-fenomenológico.

Como a urbanização se impôs como expressão territorial generalizada da modernidade capitalista industrial, é plausível esperar da análise geográfica a construção de visões que agreguem as cartografias que o mundo de hoje começa a desenhar. Formas de “auscultar” as cidades, que sublinhem suas estruturas complexas, desde sua expansão nos ambientes “rurais” modificados, até sua metamorfose rumo às chamadas *cidades globais*.

Em face dessa circunstância, como diferenciar as forças econômicas internas e externas às localidades? Como praticar a transescalaridade em termos de políticas públicas, e até que ponto fatores internos podem se efetivar como impulsos mobilizadores de recursos capazes de atuar externamente produzindo desenvolvimento? Que papel as pequenas, médias e grandes cidades, como as áreas metropolitanas, irão representar no futuro?

Koulioumba (2003, p. 15) comenta um aspecto dessa questão, tendo em conta as tentativas de muitos autores em caracterizar as metrópoles localizadas em países periféricos como cidades mundiais.

A Cidade Mundial torna-se, portanto, um mito, tanto no caso de São Paulo, como no caso de outras metrópoles menos relevantes do sistema. Dentro deste novo paradigma, todas as grandes metrópoles vêm assumindo fisionomias internacionais e internacionalizantes. Isso faz com que, direta ou indiretamente, exista algo de mundial em todas as cidades, o que em realidade não corresponde à terminologia empregada para Cidade Mundial (leia-se local de comando das atividades terciárias produtivas avançadas, dentre outras).

As estruturas em rede do mundo pós-industrial decerto continuarão por muito tempo a desafiar os estudiosos atentos às territorialidades clássicas que se renovam ou às territorialidades pouco duráveis que a Globalização estabelece. Em ambos os casos a questão demográfica assume relevância especialmente se vistas certas dimensões econômicas e sociais pouco perceptíveis a análises monotemáticas. Mesmo a problemática ambiental, que protagoniza bem essa preo-

cupação, participa do mesmo debate como sugere Martine (1996, p. 35):

As questões sociais e ambientais de maior significado para a população brasileira necessariamente vão se centrar onde existe maior densidade econômica e demográfica. Ou seja, as questões ambientais que afetam mais diretamente o cotidiano da maioria da população brasileira deverão ser resolvidas no âmbito de espaços urbanos construídos ou em construção, e não em espaços naturais ou basicamente intocados. Da mesma forma, o Brasil vai participar dos problemas ambientais globais, em grande parte, através do que ocorre em suas áreas de adensamento demográfico e não através de sua mata.

Não há dúvidas, de que várias questões da atualidade estão a requerer mais reflexão conceitual e busca de entendimento no tocante aos recursos – sejam demográficos ou ambientais-materiais – passíveis de serem explorados em projetos de desenvolvimento voltados à inclusão e à redução da pobreza. Nessa linha de reflexão

... a questão ambiental deixa de ser vista como produto de uma relação entre o Homem – categoria genérica que remete à noção estritamente biológica de espécie – e a Natureza – categoria que, naturalmente, resulta de um complexo processo de elaboração – para se situar no campo das relações que diferentes grupos entretencem no espaço social, bem como das diferentes estratégias que se elaboram com vistas ao embate pela apropriação, controle e uso de recursos naturais. (...) Era isso o que, à sua maneira, diziam em suas faixas as 30 mil pessoas que, em 1983, manifestaram-se contra as barragens projetadas para a bacia do Uruguai: ‘Águas para a vida, não para a morte’. Nessas palavras aparece a vontade de romper com um tratamento (metodológico, conceitual, político e ideológico) que transforma a população em parte do meio ambiente e, por meio desta ecologização/naturalização, faz dela população excedentária, a ser deslocada (VAINER, 1996, p. 184/201).

A tessitura de interesses mais ou menos complexos, característicos da sociedade dita pós-moderna, demanda a formulação de novos conceitos e revisão de antigos. *Recurso demográfico* e desenvolvimento são termos que merecem requalificações, uma vez que continuam vivos, desafiantes e interagindo sob múltiplos aspectos.

Se conceitos como população excedente, exército industrial de reserva e explosão demográfica perderam força e/ou mudaram de significado, a ponto de esvaziar o debate teórico de seu sentido ideológico mais original, restam muitas questões sem resposta que desafiam a teoria e a empiria dos dias de hoje.

Se grandes países assumem na atualidade elementos da matriz cultural de tipo ocidental e capitalista e simultaneamente experimentam profundas mudanças demográficas que desqualificam as teses malthusianas relativas à pressão demográfica sobre os recursos naturais, isso não significa que vivemos o fim da história ou da demografia, mesmo que, paradoxalmente, a maior preocupação de muitos demógrafos e países da atualidade seja o chamado envelhecimento da população.

De fato, as mudanças na estrutura e composição etária da população mundial representa uma das mais formidáveis alterações que a humanidade experimenta e/ou tende a experimentar, mesmo que por causas bem diversas do que preconizava a teoria da transição demográfica.

Se já há projeções demográficas para grandes países da atualidade, em diferentes momentos dentro do século XXI, nas quais não só declina o ritmo de crescimento, mas, principalmente, aumenta de forma expressiva a proporção de idosos, como restabelecer a discussão sobre *recurso demográfico* e desenvolvimento?

Se tendencialmente a proporção de pessoas com mais de 60 anos aumenta expressivamente, enquanto

reduz-se, concomitantemente, o número de jovens e adultos, os aposentáveis ou aposentados certamente serão exigidos produtivamente e, assim, passariam a constituir novamente *recurso demográfico*. Recurso, aliás, substancialmente diferente do que teórica e empiricamente se imaginava como força de trabalho em atividade, dadas as limitações físicas dessas populações, o que provavelmente seria mais um fator em favor da redução da jornada de trabalho semanal. As vantagens e desvantagens da idade se fariam evidentes. A qualificação para o trabalho se reconfiguraria. As pressões competitivas sobre a mão-de-obra jovem e as mudanças no mercado de trabalho provavelmente seriam notáveis.

Um corolário desse cenário é o da ampliação de uma população especial de consumidores de determinados bens e serviços, provavelmente de alta sofisticação tecnológica e cultural (aparelhos e equipamentos domésticos, medicamentos, clínicas especiais, balneários, hotelaria, etc.). De outro lado, parte dessa mesma população, ao deter experiência, recursos financeiros e poder de decisão e de definição de políticas públicas, atuaria em favor da ampliação dos benefícios para si mesmos, os indivíduos da terceira idade.

## REFERÊNCIAS

BRAUNDEL, F. *As estruturas do cotidiano*. Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DAVIDOVICH, F. Regiões metropolitanas no Brasil. Referências para debate. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., 2003, Belo Horizonte.

DINIZ, C. C. *Globalização, escalas territoriais e política tecnológica regionalizada no Brasil*. Mimeo, 2002.

DUPUY, G.; POURCIN, J.-M. *Malthus*. São Paulo: Cultrix, 1975.

ELIAS, N. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERREIRA, L. da C. A política ambiental no Brasil. In: MARTINE, G. (Org.). *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1996. p. 171-182.

GORZ, A. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

HOBBSAWM, E. J. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOULIOUMBA, S. A questão da cidade mundial: mito ou realidade. Um olhar a partir do Hemisfério Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., 2003, Belo Horizonte.

MACFARLANE, A. *A cultura do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

MALTHUS, T. *O princípio da população* – última versão. 1824. (Grandes cientistas sociais, economia).

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. São Paulo: Nova Cultura, 1996. (Os pensadores).

MARTINE, G. População, meio ambiente e desenvolvimento: o cenário global e nacional. In: MARTINE, G. (Org.). *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1996. p. 21-42.

MARTINS, J. de S. *A sociedade vista do abismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MUNFORD, L. *A cidade na história*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SASSEN, S. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

VAINER, C. B. População, meio ambiente e conflito social na construção de hidrelétricas. In: MARTINE, G. (Org.). *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1996. p. 183-207.